



A JUSTIÇA CONSTITUCIONAL NA UCRÂNIA: DESAFIOS, AMEAÇAS E OPORTUNIDADES NA SALVAGUARDA DA CONSTITUIÇÃO¹
CONSTITUTIONAL JUSTICE IN UKRAINE: CHALLENGES, THREATS, AND OPPORTUNITIES IN SAFEGUARDING THE CONSTITUTION

Iryna Sofinska

Doutora em Direito. Professora Habilitada em Teoria e Filosofia do Direito. Departamento de Direito Constitucional e Internacional da Universidade Nacional Politécnica de Lviv, Ucrânia. iryna.d.sofinska@lpnu.ua. <http://www.researcherid.com/rid/T-1252-2017>. <https://orcid.org/0000-0002-3853-7626>

Resumo

Este artigo trata principalmente da justiça constitucional na Ucrânia – seu conceito, significância e princípios principais de seu desenvolvimento e atividade. Neste artigo, tento pesquisar a “pura” (teoria de Kelsen), a visão clara, essencial e eficaz, a missão alcançável da Corte Constitucional da Ucrânia (a partir de agora – CCU) sobre o tabuleiro do xadrez jurídico e político da Ucrânia, tendo em mente seu proeminente papel único (e absoluto) na justiça constitucional. O principal objetivo deste artigo é examinar a trajetória do desenvolvimento jurídico e político da CCU (desde sua fundação *de jure* em 1990 e, *de fato* em 1996, até os dias atuais). Além disso, quero demonstrar o impacto de suas opiniões e decisões sobre a doutrina jurídica da Ucrânia. Usei poucos métodos de pesquisa mistos para obter resultados científicos específicos: observação, inquéritos, análises de dados secundários etc. O presente artigo está relacionado à essência da CCU, sua fundação, desenvolvimento, seu papel crucial no controle de constitucionalidade. Apesar de todas as intervenções dos demais órgãos públicos nas atividades da CCU (durante os anos de 2010 – 2013 e 2019 – em curso), tenho certeza de que essa instituição é a única guardiã da Constituição e a garantia de sua segurança (não permitindo que outros órgãos públicos atuem *ultra vires*).

Palavras-chave: justiça constitucional; corte constitucional; controle de constitucionalidade; Ucrânia; Corte Constitucional da Ucrânia; Estado de Direito; separação de poderes

Abstract

¹ Artigo traduzido do inglês por Clayton G. de Medeiros. Revisão da tradução por Marcos A. Maliska.

This article deals mainly with constitutional justice in Ukraine – its concept, significance, main principles of its development and activity. In this article, I try to research the “pure” (Kelsen theory), clear vision, essential and effective, the achievable mission of the Constitutional Court of Ukraine (from now on - the CCU) on the legal and political chessboard of Ukraine, keeping in mind its prominent sole (and absolute) role in constitutional justice. The main objective of this paper is to examine the trajectory of legal and political development of the CCU (from its foundation *de jure* in 1990 (*de facto* in 1996) until modern days). Additionally, I want to demonstrate the impact of its opinions and decisions on the legal doctrine of Ukraine. I used few mixed research methods to obtain specific scientific results: observation, surveys, secondary data analyses, etc. The present paper is related to the essence of the CCU, its foundation, development, its crucial role in the constitutional review. Despite all the interventions of the other public bodies in CCU's activity (during 2010 - 2013 and 2019 - ongoing), I am sure that this institution is the only guard of the Constitution and guarantee of its security (not allowing other public bodies to go *ultra vires*).

Keywords: constitutional justice, constitutional court, constitutional review, Ukraine, Constitutional Court of Ukraine, the rule of law, separation of powers

1. INTRODUÇÃO: TEMPOS PRÉ-CONSTITUCIONAIS NA UCRÂNIA

Nos dias atuais, dedica-se muito espaço em livros sobre direito, questões filosóficas e políticas, à distinção entre o justo e o injusto. De fato, o primeiro mais conhecido exemplo de justiça constitucional está relacionado à decisão da Suprema Corte dos EUA no contexto do exercício do controle de constitucionalidade no caso *Marbury v. Madison* (1803), sobre a constitucionalidade da aplicação do artigo 3.º da Constituição dos EUA (1787). Esta decisão está profundamente enraizada na essência do controle de constitucionalidade e tornou-se um ponto de partida para os que traçam os caminhos da justiça constitucional em todo o mundo.

O princípio da separação de poderes (definido por J. Locke, Ch.-L. de Montesquieu etc.) é visto como principal princípio de formação dos órgãos estatais nos Estados democráticos. Não é o ideal, no entanto, a sua essência teórica universal é um caminho natural para fornecer uma resposta prática às necessidades e desafios da sociedade moderna (Constitutionalism..., 2019). Além disso, conhecemos outros princípios que podem ser utilizados para garantir a justiça constitucional em todos os lugares: o Estado de Direito, a proporcionalidade, os freios e contrapesos, o interesse nacional, a proteção dos direitos humanos etc.

O sistema jurídico dessa sociedade garante que cada cidadão desfrutará e realizará plenamente seus direitos e liberdades sustentados por valores democráticos fundamentais (Report, 2021). Ao considerar o papel da corte constitucional na proteção dos direitos e interesses de seus cidadãos, deve-se entender que tal proteção judicial é a mais alta forma de garantir o respeito aos direitos humanos em toda sociedade democrática (Lagi, 2021: 255-288). A construção de mecanismos estatais assentados no princípio dos freios e contrapesos, confirma adequadamente esse reconhecimento. A referida estrutura é, geralmente, devidamente incorporada na legislação nacional primária (atos normativos com primazia jurídica) – Leis Básicas (Constituições). A Ucrânia não é uma exceção.

A CCU havia sido formalmente estabelecida já em 1990, quando em 24 de outubro de 1990, o Parlamento (*Verkhovna Rada*) da República Socialista Soviética da Ucrânia (RSS da Ucrânia), aprovou a “Emenda à Constituição (Lei Fundamental) da RSS da Ucrânia” nº 404-XII. O artigo 112.1 afirmou que

A Corte Constitucional da RSS da Ucrânia será eleita pelo Parlamento (*Verkhovna Rada*) da RSS da Ucrânia, entre especialistas em Direito, para um período de dez anos, sendo composta pelo presidente, vice-presidente e 23 membros.

No entanto, naquela época, a CCU não foi estabelecida. O Parlamento, cujos poderes essenciais eram formar a composição constitucional desta instituição, só conseguiu eleger seu presidente (Leonid Yuzkov), porém ele permaneceu não atuante.

Finalmente, a atual CCU nasceu na noite histórica de 1996, quando o *Verkhovna Rada* da Ucrânia (doravante – o Parlamento ucraniano) estava deliberando sobre o projeto de Constituição da Ucrânia. Não obstante, a adoção da Lei Básica da Ucrânia em 28 de junho de 1996 foi o ponto de partida para o desenvolvimento de uma teoria e uma prática constitucionais na Ucrânia. O artigo 147 da Constituição da Ucrânia (1996) prevê:

A Corte Constitucional da Ucrânia será o único órgão de jurisdição constitucional na Ucrânia. A Corte Constitucional da Ucrânia resolverá as questões de conformidade das leis e outros atos normativos com a Constituição da Ucrânia e fornecerá a interpretação oficial da Constituição da Ucrânia (1996) e das leis da Ucrânia.

2. FUNDAÇÃO E ATIVIDADE PRINCIPAL DA CORTE CONSTITUCIONAL DA UCRÂNIA (1996-2017)

De acordo com o art. 6 da Constituição da Ucrânia (1996), o poder estatal na Ucrânia será exercido considerando a sua divisão nos poderes legislativo, executivo e judiciário. Os órgãos legislativos, executivos e judiciais exercerão sua autoridade dentro dos limites determinados pela Constituição e seguindo as leis da Ucrânia.

Ao exercer seus poderes, cada corte constitucional pode desempenhar diversas funções jurídicas em diferentes esferas: direito e justiça (examinar a validade de uma lei, ou outro objeto de escrutínio, e verificar sua compatibilidade com a constituição ou norma superior), proteção dos direitos humanos (para garantir e proteger os direitos e liberdades das pessoas naturais e jurídicas), direito e governança (para preencher as lacunas na legislação e eliminar conflitos legislativos no processo de interpretação das disposições da Constituição, leis e outros atos normativos, testando sua constitucionalidade), etc. É evidente que a justiça constitucional é um dos atributos essenciais do princípio do Estado de Direito e da democracia e não pode existir em isolamento severo dos demais segmentos do direito constitucional nacional. Há uma versão de que a justiça constitucional está se materializando por seus corpos. Seu elemento constituinte é o recurso constitucional apresentado pelos cidadãos comuns, pois “somente com ele os cidadãos podem proteger seus direitos e liberdades nos órgãos da justiça constitucional”.

Há poucos argumentos doutrinários essenciais relacionados à justiça constitucional, que demonstram o efeito puro do princípio da aplicação do Estado de Direito na Ucrânia: (i) a Constituição é a norma superior em um sistema jurídico e, portanto, todas as outras leis derivam de sua autoridade e precisam ser compatíveis com ela; (ii) o legislador nacional (parlamento) deve considerar a constituição ao aprovar as leis e ponderar a sua constitucionalidade.

Como está escrito na Constituição da Ucrânia (1996) e reproduzido na Lei da Corte Constitucional da Ucrânia, a Corte é composta por 18 juízes. O Parlamento ucraniano elege seis deles; o presidente da Ucrânia nomeia outros seis, e o Conselho de Juízes da Ucrânia elege os outros seis restantes para um mandato de nove anos, sem direito à recondução. Apenas o cidadão ucraniano que (i) tenha domínio da língua oficial [o ucraniano]; (ii) tenha atingido a idade de quarenta anos a partir do dia da nomeação; (iii) tenha o curso superior em direito e pelo menos quinze anos de experiência profissional na área jurídica e ilibado caráter moral, e (iv) seja um advogado com competência reconhecida, pode ser elegível ao cargo de juiz da CCU.

A imunidade de cada juiz da CCU é um dos elementos de seu status; não é um privilégio pessoal e tem por único propósito público e legal o de garantir a administração imparcial da justiça por meio de um tribunal justo e imparcial (Decision, 2004). Um juiz da CCU não será detido ou preso sem o consentimento do parlamento ucraniano até que um veredicto de culpa seja proferido por um tribunal. As garantias adicionais de independência dos juízes da CCU são as seguintes: os juízes da CCU não terão responsabilidade legal pelos resultados de votação ou expressão de suas opiniões na CCU e em seu Colegiado, exceto a responsabilidade por ofensa ou difamação ao considerar casos, adotar decisões e fornecer pareceres pela CCU.

Todo juiz da CCU tem direito a opiniões dissidentes, independentemente de seu voto “a favor” ou “contra” à decisão adotada ou ao parecer elaborado. Um parecer dissidente de todos os juízes da CCU deve ser publicado no Boletim da CCU, em outras publicações oficiais da Ucrânia, e no site oficial da CCU, juntamente com a decisão da CCU.

Durante os últimos quinze anos, a maioria dos tribunais na Ucrânia tornou-se, de fato, refém da luta entre diferentes facções e partidos políticos pelo poder e influência sobre a corte constitucional para anular a legislação indesejada ou receber uma decisão ou opinião favorável a uma (muitas vezes hipotética) incompatibilidade com a Constituição.

É por isso que há oito anos (em 2013), o nível de confiança das pessoas na atividade da Corte Constitucional (simplesmente o postulado de justiça e eficácia de sua atuação) caiu drasticamente. Tal diminuição na confiança teve razões objetivas, quando a CCU foi usada como instrumento eficaz para combater a oposição, particularmente durante os eventos revolucionários na Ucrânia no final de 2013 e no início de 2014. A Ucrânia era e ainda é uma república semipresidencialista, mas então ela foi um Estado presidencial-parlamentar com ênfase no Presidente. O chefe de Estado e o parlamento da Ucrânia violaram a independência da CCU ao intervir em sua atividade, competindo entre si para receber mais poder para influenciá-la. Os meios de comunicação de massa, controlados por eles, e outros chamados “especialistas” em justiça constitucional, não permitiram fosse criada uma imagem positiva da CCU.

A situação em torno da CCU foi parcialmente melhorada apenas em 2014 (pós-Maidan), quando um grupo de “jovens” juízes independentes e profissionais, incluindo os recém-eleitos em março de 2014, ingressou na CCU. Durante os cinco

anos seguintes (2014-2019), outros oito juizes foram eleitos/nomeados (devido ao procedimento específico de sua eleição pelo parlamento ou pelo Conselho de Juizes da Ucrânia e nomeação pelo presidente). A ambiciosa missão de tal renascimento da CCU foi a de melhorar a confiança na CCU e a eficácia de seus julgamentos sobre a política de Estado e atividade estatal (restou apenas seis juizes, um terço da composição da Corte, eleitos/nomeados pelo “antigo regime” durante 2010-2013).²

Em 30 de setembro de 2016, as alterações na Constituição da Ucrânia (1996) relativas ao sistema judiciário deveriam ser a base para a reforma judicial em geral: a CCU, em particular, tornou-se efetiva. A reforma introduziu normas que aumentaram significativamente a independência real da CCU. Ela a isentou de funções não inerentes e expandiu significativamente os poderes da CCU. Ela (a CCU), em sua natureza, deve ser um órgão notadamente apolítico, central e totalmente independente de todos os outros ramos do poder, uma vez que é o árbitro-chefe monitorando a observância da Constituição da Ucrânia (1996) nas relações sociais e jurídicas.

Durante os anos de 1996 e 2016, a CCU processou mais de 70 mil documentos, incluindo mais de 1.000 petições constitucionais e mais de 5.500 recursos constitucionais (Constitutional control..., 2016).

Como resultado da reforma, o parlamento ucraniano aprovou a Lei da Corte Constitucional da Ucrânia em 13 de julho de 2017 de nº 2136-VIII (a partir de agora referida como “a Lei da Corte Constitucional”). Qual é o resultado mais importante da reforma e da Lei da Corte Constitucional para cada um dos 18 juizes? Ao ser empossados, poderem trabalhar de acordo com a letra e o espírito da lei, guiados por sua própria consciência.

Devido aos dados sociológicos disponíveis, o nível de confiança na Corte Constitucional da Ucrânia aumentou 30%, já em 2018, o que não é suficiente em nenhum Estado democrático, mas de qualquer forma, mostra que a reforma da CCU, na hora e lugar adequados, trilhou o caminho certo.

3. PODERES DA CORTE CONSTITUCIONAL DA UCRÂNIA

² Entre eles, vemos o Dr. Stanislav Shevchuk, ex-juiz *ad hoc* no Tribunal Europeu de Direitos Humanos, ex-presidente da Corte Constitucional da Ucrânia, demitido recentemente em 14.05.2019 em razão de “um delito disciplinar substancial, negligenciando grosseira ou sistematicamente, suas funções, o que é incompatível com o status de juiz da Corte Constitucional da Ucrânia”.

A Constituição da Ucrânia (1996) estabelece que os cidadãos da Ucrânia, independentemente do modo de aquisição da cidadania, e as entidades jurídicas, terão direito a um recurso à CCU (Art. 151¹). Normalmente, a pessoa pode apresentar uma queixa constitucional após o esgotamento de todos os outros recursos legais previstos. A CCU é o único órgão de jurisdição constitucional na Ucrânia. Portanto, não pertence ao sistema judicial do país, e suas decisões não estão sujeitas a apelação e devem ser cumpridas imediatamente. Os poderes existentes da CCU são definidos pela Constituição (Art. 147, 150, 151, 151) e pela Lei da Corte Constitucional (Art. 7). O principal objetivo da CCU é garantir a proteção e a supremacia da Constituição (1996), ser seu verdadeiro garantidor, examinar a validade e a constitucionalidade dos atos normativos e aferir a sua compatibilidade com a Constituição.

De acordo com a versão mais recente da Lei da Corte Constitucional (art. 7^o), a CCU proleta decisões e conclusões em casos relacionados a: (i) resolução de questões de conformidade com a Constituição (constitucionalidade) das leis ou outros atos normativos do parlamento ucraniano, atos do Presidente da República, atos do Gabinete de Ministros, atos normativos do Parlamento da República Autônoma da Crimeia;³ (ii) interpretação oficial da Constituição; (iii) elaboração de pareceres sobre a conformidade com a Constituição de tratados internacionais em vigor no país ou aqueles tratados internacionais que são submetidos ao parlamento ucraniano para seu consentimento vinculativo; (iv) elaboração de pareceres sobre o cumprimento da Constituição (constitucionalidade) de questões a serem submetidas a referendo popular sobre a iniciativa popular; (v) elaboração de parecer sobre a observância dos limites do procedimento constitucional para os casos de investigação e consideração da remoção do Presidente da República do cargo por meio de procedimento próprio (*impeachment*); (vi) decisão sobre a compatibilidade das leis com a Constituição (em relação a uma queixa constitucional de um indivíduo que considera que a lei contradiz a Constituição).

A CCU poderá tomar uma decisão sobre a inconstitucionalidade dos atos normativos no todo ou em parte incompatível com a Constituição, bem como sobre uma violação processual estabelecida pela Constituição para sua revisão, adoção ou

³ Crimeia é uma parte integral de Território ucraniano; foi anexada pela Rússia em março de 2014 (Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 68/262).

entrada em vigor, ou sobre a falta de competência (*ultra vires*) para adoção do ato normativo. Além disso, a CCU não está autorizada a considerar reclamações sobre ações e decisões de autoridades estatais e do autogoverno local, de seus funcionários, ou avaliar essas ações e decisões.

A CCU não resolve questões relativas ao estabelecimento e a restauração de benefícios sociais, cálculos e recálculos de pensões, e outras questões que se enquadram na competência (*intra vires*) de órgãos legislativos e executivos ucranianos, tribunais e órgãos locais de autogoverno etc. A CCU não fornece explicações e/ou conselhos sobre quaisquer questões legais que possam surgir ao aplicar a lei em vigor.

O presidente da CCU nomeia o juiz relator, que prepara todos os casos para uma audiência judicial. A legislação atual fornece duas formas possíveis de petições relacionadas à CCU: submissão constitucional e recurso constitucional (que pode ser lembrado na declaração por escrito do ator que a enviou à CCU a qualquer momento até o dia da apreciação na reunião plenária).

A submissão constitucional significa uma petição por escrito apresentada à CCU para (i) declarar o ato normativo (ou suas disposições definidas) nula e inconstitucional;⁴ (ii) para examinar a constitucionalidade dos tratados internacionais ou⁵ (iii) para interpretar a Constituição (1996) e as leis do país.⁶

O parlamento ucraniano, sob a forma de uma submissão constitucional, pode apresentar suas conclusões sobre a observância do procedimento constitucional em investigação e revelações sobre a remoção do Presidente da República do cargo pelo processo de *impeachment*.

O recurso constitucional é uma petição escrita à CCU sobre a necessidade da interpretação oficial da Constituição e das leis para garantir a salvaguarda dos direitos

⁴ A submissão constitucional para examinar a constitucionalidade das leis e outros atos normativos do Parlamento, os atos do Presidente da República, os atos do Gabinete de Ministros, os atos normativos do Parlamento da República Autônoma da Crimeia, pode ser apresentada pelo Presidente da Ucrânia, por não menos que quarenta e cinco deputados nacionais, pela Suprema Corte, pelo Representante Autorizado do Parlamento, pelo Representante de Direitos Humanos do Parlamento da República Autônoma da Crimeia. Veja-se o art. 40 a Lei da Corte Constitucional.

⁵ O Presidente da República e o Gabinete de Ministros podem apresentar uma submissão constitucional para que seja examinada a conformidade dos tratados internacionais do país ou dos tratados internacionais, antes que o Parlamento estabeleça o seu caráter vinculante.

⁶ A submissão constitucional pode ser apresentada pelo Presidente do país, por não menos de quarenta e cinco membros do Parlamento, pelo Representante autorizado do Parlamento em questões de direitos humanos, pela Suprema Corte, pelo Gabinete de Ministros, pelo Parlamento da República Autônoma da Crimeia e pelos órgãos do autogoverno local.

e liberdades constitucionais humanas e cidadãos, e dos direitos das pessoas. Cidadãos da Ucrânia, estrangeiros, apátridas e pessoas jurídicas podem apresentar um recurso constitucional com vistas a ter uma interpretação oficial da Constituição e das leis.

Até a aprovação da versão mais recente da Lei da Corte Constitucional, em 2017, a legislação da Ucrânia não havia fornecido o direito do cidadão de submeter uma moção à CCU sobre a Constituição ou outras normas jurídicas. Para finalizar a reforma em curso, foi necessário adaptar as experiências de outros países europeus para dar aos cidadãos o direito de apresentar uma queixa constitucional à CCU (para proteger seu direito constitucional violado).

4. O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA UCRÂNIA: DA TEORIA À PRÁTICA

O controle de constitucionalidade na Ucrânia pode ser classificado como *ex post*, uma vez que submete a legislação em vigor ao escrutínio judicial (Heringa, 2016: 219-222). O sistema de controle de constitucionalidade na Ucrânia, bem como em outros países da Europa Central, do Sul e do Leste, apresenta uma corte constitucional especial e é chamado de modelo continental ou kelseniano de controle judicial (tendo em mente o nome do, “sem dúvida, principal jurista” e “framer” do controle de constitucionalidade, Hans Kelsen).

O controle de constitucionalidade exercido pela CCU tem um caráter preventivo, quando adota a conclusão de conformidade constitucional dos tratados internacionais que estão sendo levados ao parlamento ucraniano para pronunciamento sobre a sua natureza vinculante, e também quando da conformidade com os requisitos dos artigos 157 e 158 da Constituição para os projetos de emendas à Constituição. Os projetos de atos normativos do Parlamento não se enquadram no controle de constitucionalidade, exceto os projetos que buscam alterar a Constituição. Em face do princípio da separação dos poderes, que está estabelecido na Constituição, a Corte Constitucional não pode exercer o controle preventivo de constitucionalidade das leis em vigor, pois isso significaria interferência no processo legislativo.

Durante os anos de 1996 e 2016 foram prolatadas 309 decisões sobre a constitucionalidade das leis e outros atos normativos e sobre a interpretação oficial da Constituição e das leis, e mais de 1.500 decisões processuais, 28 pareceres sobre a

conformidade de projetos de emendas à Constituição com os requisitos dos artigos 157 e 158 da Constituição, e foi fornecido um parecer sobre a constitucionalidade de um tratado internacional subscrito pela Ucrânia – o Estatuto de Roma (Functioning..., 2020).

As leis em vigor e os outros atos normativos podem ser objeto do controle de constitucionalidade, no entanto, a CCU não fornece sua interpretação oficial. Se no momento da apreciação pela CCU, um ato normativo já perdeu a sua eficácia jurídica, a CCU deve rever a constitucionalidade do ato apenas nos casos em que seja impossível o restabelecimento dos direitos e liberdades constitucionais humanos e cidadãos, que foram violados pela aplicação do ato normativo.

Por vinte anos a CCU analisou a constitucionalidade de normas de mais de 150 leis e outros atos normativos, dentre os quais mais de cem disposições foram declaradas inconstitucionais, que, nos termos do artigo 152 da Constituição, resultaram na perda de eficácia a partir da respectiva decisão (Functioning..., 2020). Na sua maioria, os fundamentos para o reconhecimento da inconstitucionalidade dessas normas acima mencionadas (incompatibilidade com a Constituição), estão relacionados com a violação dos direitos e liberdades fundamentais humanos e cidadãos garantidos pela Constituição, incluindo: (i) o direito à vida (Decisão, 1999); (ii) o direito à inviolabilidade pessoal e liberdade de ir e vir (Decisão, 2010); (iii) o direito à associação nos sindicatos para proteção de seus interesses empregatícios e socioeconômicos (Decisão, 2000); (iv) o direito à proteção social (Decisão, 2007); (v) o direito de votar livremente e ser eleito para os órgãos estatais e outros (Decisão, 1998).

A CCU revisa o cumprimento dos atos normativos com a Constituição em vigor, não podendo rever o cumprimento dos atos normativos com a constituição anterior da Ucrânia. O controle de constitucionalidade se estende a atos que têm importância jurídica, estão ligados à lei e geram consequências jurídicas para os sujeitos das relações jurídicas. Isso significa que atos como recursos, declarações e de importância política, que não têm importância jurídica, podem não ser objetos do controle de constitucionalidade. A CCU não tem o direito de rever as disposições da Constituição, e estas não podem ser consideradas inconstitucionais.⁷

⁷ O absurdo jurídico ocorreria, neste caso, pois é impossível verificar a posição da Constituição para fins de conformidade com ela mesma.

A CCU prolata decisões em controle de constitucionalidade *abstrato* e *concreto*, sobre a conformidade dos atos normativos como a Lei Fundamental. O controle abstrato não está relacionado com a aplicação do ato normativo. O controle concreto está relacionado com os casos concretos aplicáveis ao próprio ato normativo ou com a atividade concreta dos órgãos do poder estatal ou servidores.

A jurisdição da CCU também inclui as questões relacionadas ao controle substantivo, bem como ao controle *formal* de constitucionalidade das leis e outros atos normativos, este último com referência ao controle de conformidade dos procedimentos estabelecidos pela Constituição para a sua elaboração ou entrada em vigor e a observância das competências durante a sua elaboração.

5. A INTERPRETAÇÃO OFICIAL DA CONSTITUIÇÃO E AS LEIS DA UCRÂNIA

Desde janeiro de 1997, a CCU forneceu uma interpretação oficial de quase 300 dispositivos da Constituição e das leis que promoveram a aplicação adequada dessas normas legais pelos órgãos estatais.

A interpretação oficial da Constituição é fornecida pela Corte Constitucional apenas após a petição constitucional do Presidente da República, de não menos que quarenta e cinco membros do Parlamento, do Gabinete de Ministros, do Representante do Parlamento para os Direitos Humanos, ou do Parlamento da República Autônoma da Crimeia.

A independência da CCU revela-se na interpretação da Constituição e das leis. Até recentemente (antes da criação da CCU, em 1996), o Parlamento tinha o direito de interpretação oficial da Constituição e das leis. Se tal direito pertencesse ao Parlamento e à CCU ao mesmo tempo, resultaria em uma colisão de competências. Isso privaria a decisão da CCU de seu status final e levaria à sua revisão e abolição e, eventualmente, resultaria na desestabilização da legislação nacional. Disposições referentes ao caráter final das decisões da Corte Constitucional podem ser encontradas em cada ato da CCU, exceto em seu Regimento de 2002. A Lei da Corte Constitucional prevê como única razão para a reabertura de um caso, a ocorrência de circunstâncias que não foram previamente levadas em consideração pela CCU, mas estavam presentes no momento da apreciação e da prolação da decisão ou no momento da conclusão do caso.

O objeto da interpretação oficial da CCU é a Constituição e as leis que foram promulgadas antes ou após a entrada em vigor da atual Constituição ucraniana (1996). As leis que não entraram em vigor e que perderam a sua eficácia jurídica, não podem ser interpretadas pela CCU. Antes do início da interpretação oficial de determinada lei, a CCU apura a questão de sua constitucionalidade. Se tal lei não estiver em conformidade com a Constituição, ela será declarada inconstitucional. A natureza jurídica da interpretação oficial da Constituição e das leis exige a sua averiguação e explicação, interpretação e estabelecimento do seu conteúdo real. Isso está no estabelecimento definitivo, e não nas suas alterações, mudanças ou acréscimos. A interpretação oficial da Constituição, suas disposições e outras leis pela CCU determina, de modo explicativo, o seu correto entendimento e a sua correta aplicação em todo o território nacional.

A interpretação oficial de dispositivos da Constituição e das leis fornece uma especificação, uma classificação e uma visão geral detalhada. As interpretações explicam como entender os termos de uma norma jurídica, o seu significado em geral e como aplicá-la. Interpretações promovem a correta implementação da Constituição e das leis. Nesse aspecto, são regras complementares. Seu caráter complementar também revela o fato de que elas não podem ser usadas separadamente, independentemente, sem as disposições correspondentes da Constituição e das leis. As interpretações operam apenas em conjunto com as disposições interpretadas e podem fornecer a base normativa dos atos jurídicos. Resolvendo algumas questões, é necessário referir-se às normas da Constituição e às leis quanto aos fundamentos jurídicos da decisão e apenas adicionalmente, pode ser feita referência à sua explicação oficial pela Corte Constitucional.

6. AS CONSEQUÊNCIAS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E INTERPRETAÇÃO FEITA PELA CORTE CONSTITUCIONAL DA UCRÂNIA

A CCU, em sua reunião plenária, prolata decisões sobre a constitucionalidade das leis e outros atos jurídicos e a interpretação oficial da Constituição e das leis da Ucrânia. Em outros casos, a CCU adota conclusões obrigatórias para execução. Esses atos têm efeito direto, e não há necessidade de sua confirmação por quaisquer outros órgãos de poder do Estado ou agentes públicos. Se necessário, a CCU determina em sua decisão a ordem e os termos de sua implementação, e obriga as

autoridades correspondentes a implementar a decisão e confirmar a execução por escrito. No entanto, essa determinação adicional sobre a implementação não vem abolir e nem substituir a obrigação geral de sua execução (Decision, 2000).

As decisões e conclusões da CCU são definitivas, o que significa que entram em vigor a partir do momento de sua proclamação. Ninguém, incluindo a CCU, pode alterar ou abolir a decisão ou a conclusão tomada pela CCU. Elas também não são passíveis de recurso. No entanto, se uma pessoa tiver esgotado todos os recursos internos, ela pode apelar para a proteção de seus direitos e liberdades às instituições judiciais internacionais ou aos órgãos das organizações internacionais, nas quais a Ucrânia seja membro ou partícipe e, conseqüentemente, podem recorrer da decisão à CCU. No entanto, independentemente das conseqüências da consideração de tal denúncia, os órgãos internacionais mencionados não têm o direito de recorrer da decisão da Corte Constitucional da Ucrânia.⁸

Se a CCU considerar a inconstitucionalidade dos atos normativos, estes últimos serão declarados inconstitucionais e perderão a sua eficácia jurídica no dia em que a CCU tornar pública a decisão de sua inconstitucionalidade. Leis e outros atos normativos, ou suas disposições separadas declaradas inconstitucionais, não podem ser implementadas.

As decisões pelas quais as leis e outros atos normativos ou as suas disposições separadas são declaradas inconstitucionais têm o efeito de atos normativos. Declarando um ato normativo ou sua disposição inconstitucional e, portanto, anulando-o, a CCU executa uma função de legislador negativo, porque tais decisões criam novas normas jurídicas. Essas novas normas se estendem a todos os sujeitos de direito e geram novos direitos e deveres para todos. As decisões de inconstitucionalidade da CCU de uma lei aprovada ou de outro ato normativo, privam os de sua natureza vinculante. No entanto, a natureza jurídica de tal decisão não é igual as das leis ordinárias, pois, para a revisão desta decisão, é necessário apresentar alterações na Constituição. As decisões da CCU têm efeito direto e imediato, e nos casos previstos na Constituição, também podem ter um efeito retroativo. A declaração de inconstitucionalidade de um ato normativo pode ser

⁸ Os cidadãos ucranianos, com frequência, requerem a defesa de seus direitos perante o Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Em 2007, a Ucrânia ocupou o quarto lugar em relação ao número de recursos junto ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos, depois da Rússia, Romênia e Turquia. Atualmente, ela ocupa o segundo lugar, depois Rússia, e à frente da Romênia e da Turquia (https://www.echr.coe.int/Documents/Stats_analysis_2018_ENG.pdf).

utilizada para a anulação de outros atos normativos que reproduzem ou especificuem suas disposições.

A decisão da CCU sobre a interpretação oficial da Constituição e das leis é um meio legal funcional de garantir seu entendimento e aplicação corretos e inequívocos e, portanto, fortalecer a legalidade constitucional. O efeito jurídico da interpretação oficial das disposições da Constituição e das leis pela CCU revela que a interpretação tem caráter vinculante. As interpretações oficiais têm um efeito jurídico maior em comparação com as interpretações de outros órgãos de poder do Estado ou de agentes públicos.

A interpretação oficial pela CCU também tem efeito retroativo. O impacto retroativo da interpretação é determinado pelo momento da entrada em vigor das disposições da Constituição e das leis que estão sendo interpretadas. Embora a norma jurídica não tenha sido aplicada, a sua forma permanece a mesma (imutável) e a interpretação oficial diz respeito à forma que foi proposta pelo legislador. Portanto, as normas do direito sempre têm a forma que é examinada pelas interpretações oficiais, e devem ser aplicadas em conformidade. Se houver diferença entre a interpretação oficial das disposições da Constituição ou das leis e os atos de sua aplicação, este último será anulado.

A aplicação da Constituição e dos outros atos normativos é impossível sem sua interpretação. Sem interpretação, é impossível adotar uma decisão ou chegar a uma conclusão. Mas se o objetivo particular e o resultado da interpretação oficial (normativa) da Constituição e das leis é exatamente a interpretação oficial (normativa) desses atos, o propósito direto dos atos é a interpretação, e para sua constitucionalidade, o exame se concentra na questão sobre a sua conformidade com a Constituição. A interpretação da Constituição e das leis é um componente importante na aplicação da Constituição, e resolve disputas constitucionais e legais concretas ou apresenta argumentos para a justificativa da decisão (conclusão). A interpretação aparece apenas na parte explicativa da decisão (julgamento) e não existe como fenômeno apartado. No entanto, independentemente de a interpretação das normas jurídicas ser conduzida em um caso específico, ela vai muito além dos limites de um caso concreto, pois a decisão da CCU no caso concreto se estende ao significado das normas, exemplos de compreensão e aplicação das disposições da Constituição e das leis. Nessas decisões, muitas vezes, pode-se encontrar a interpretação jurídica geral dessas ou outras normas jurídicas. Essas interpretações,

bem como as interpretações oficiais (normativas) da Constituição e das leis, também são vinculantes para a CCU. Portanto, as conclusões para a interpretação normativa pela CCU devem ser utilizadas para sua interpretação concreta.

De acordo com o artigo 55 da Lei da Corte Constitucional, a reclamação constitucional será um pedido escrito submetido à CCU, relativo ao controle de conformidade com a Constituição (constitucionalidade) de uma lei (em versão total ou disposições específicas) adotada na decisão judicial final (após o esgotamento de todos os recursos internos possíveis). A exigência especial de admissibilidade está relacionada ao fato de que a reclamação constitucional será considerada admissível caso não tenha passado mais de três meses, a partir da data de vigência da decisão judicial final, em que a lei (disposições específicas dela) foi aplicada.

7. ATIVIDADE ATUAL DA CORTE CONSTITUCIONAL DA UCRÂNIA: A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL

Uma reclamação constitucional individual é um remédio específico que proporciona a oportunidade para uma pessoa, que considera seus direitos constitucionais violados, recorrer à CCU e exigir a verificação de uma decisão tomada pelas autoridades estatais.

A base e a aplicação prática deste instrumento jurídico particular (uma queixa constitucional individual) é uma tendência geral do constitucionalismo europeu contemporâneo. Já existe na Albânia, Andorra, Áustria, Croácia, Chipre, República Tcheca, Alemanha, Hungria, Kosovo, Letônia, Liechtenstein, Malta, Montenegro, Macedônia do Norte, Polônia, Rússia, Sérvia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha e Suíça. Pode-se supor que a introdução ativa do mecanismo de uma reclamação constitucional possa ser considerada, no pensamento jurídico futuro, como um estágio particular da evolução do constitucionalismo (Functioning..., 2020).

A capacidade de qualquer pessoa acessar diretamente a CCU é um meio eficaz para se evitar a sobrecarga de trabalho do Tribunal Europeu de Direitos Humanos – TEDH. As estatísticas fornecidas abertamente pelo TEDH mostram que os países europeus, que têm um mecanismo de reclamação constitucional, têm menos queixas apresentadas ao TEDH, do que aqueles que não o têm (Venice Commission, 2010).

Podemos delinear alguns critérios específicos de submissão de queixas constitucionais à CCU: (i) *ratione personae* (que pode arquivar uma petição); (ii) *ratione materiae* (objeto da reclamação), esgotamento de todos os recursos judiciais nacionais; (iii) *ratione temporis* (tempo/prazo de submissão) e, finalmente, (iv) o procedimento específico de submissão (declaração de admissibilidade).

Há efeitos positivo e negativo de aplicação do mecanismo de reclamação constitucional pela CCU: a obrigação estatal de proteção dos direitos constitucionais (positivo) e sobrecarga para a CCU, não justificando as expectativas das pessoas, que apresentaram petições (negativas). Nos últimos anos, a CCU recebeu 356 reclamações constitucionais em 2017 (após a aprovação e execução da nova lei da Corte Constitucional), 690 em 2018, 664 em 2019, 563 em 2020 e já 247 casos pendentes a partir de 30 de junho de 2021.

A CCU criou uma nova realidade na justiça constitucional durante 2019-2020. Em primeiro lugar, pela decisão nº 6-r/2019, de 20 de junho de 2019, (relativa à constitucionalidade do Decreto, emitido pelo recém-eleito Presidente da Ucrânia, sobre a dissolução do Parlamento e a antecipação das eleições (Decisão, 2019). E, em segundo lugar, pela decisão nº 13-r/2020, de 27 de outubro de 2020, relacionada à legislação anticorrupção. (Decisão, 2020). Ambos os julgamentos são uma demonstração pura de intervenção renovada do chefe de Estado nas atividades da CCU (diminuindo sua natureza autônoma e independente, não cumprindo o princípio da separação de poderes, procedendo *ultra vires* por outras autoridades públicas, etc.).

A Comissão de Veneza emitiu um Parecer Conjunto Urgente, em 9 de dezembro de 2020, afirmando que o papel da Corte Constitucional deve ser respeitado (Opinion, Venice Commission, 2020, p. 74.). Mais uma vez, observamos a diminuição da confiança na CCU, a interferência de outras autoridades públicas em sua atividade, a tentativa de dissolvê-la e de se eleger/nomear outro elenco de juízes “próprios”. Esses juízes não prestarão atenção ao princípio da separação de poderes, mas, pelo contrário, executarão os desejos de quem os nomeou (não necessariamente legais e legítimos).

Como mencionado anteriormente, as tentativas anteriores do chefe de Estado e/ou do parlamento de intervir na atividade da CCU podem ser traçadas desde 2010 – 2013, o chamado “antigo regime” da política ucraniana. Após seis anos de transformações positivas e desenvolvimento efetivo da CCU, observamos um novo

ataque maciço à CCU a partir dos mesmos órgãos, que começou em 2019 e está em andamento. A significativa mudança no processo eleitoral, já prevista em 2017, dificultou a possibilidade de serem eleitos como juízes menos juristas (da academia) e muito mais profissionais práticos (políticos e juízes). O descontentamento afetou as eleições presidenciais de 2019 (o presidente recém-eleito proclamou durante seu discurso inaugural a dissolução do Parlamento, medida que não era constitucional; no entanto, a CCU, inserida em uma nova realidade, decidiu favoravelmente).

Essas medidas não foram suficientes, e a turbulência na CCU está aumentando. O chefe de Estado decidiu recusar em seu todo a reforma no poder judiciário, dissolver a CCU (sem sucesso) e, finalmente, demitir do cargo o recém-eleito presidente da CCU, Oleksandr Tupytskyi (sem poderes para fazê-lo). Em primeiro lugar, em 26 de fevereiro de 2021, o presidente Zelensky assinou um decreto que suspendeu Oleksandr Tupytskyi do cargo. E, em segundo lugar, em 27 de março de 2021, V. Zelensky anulou o decreto do ex-presidente V. Yanukovich, de maio de 2013, nomeando Oleksandr Tupytskyi (e mais uma pessoa) como juízes da Corte Constitucional. Esse procedimento é considerado inconstitucional, e recentemente foi declarado ilegal. A Suprema Corte da Ucrânia decidiu que o decreto do presidente Zelensky, que cancelou a nomeação de O. Tupytskyi como juiz da CCU, foi ilegal (o presidente atuou *ultra vires*) e o revogou (Court Ruling, 2021, p. 69-72).

No entanto, o Ministério Público e o Departamento de Investigação do Estado, ambos órgãos totalmente controlados pelo chefe de Estado, anunciaram a continuação da pressão sobre a CCU, concluindo o pré-julgamento da investigação do caso apresentado contra O. Tupytskyi, sob a suspeita dele ter cometido crimes contra a justiça pública. Prevaleceu a concorrência, em vez da separação dos poderes (freios e contrapesos), e há dúvida sobre a clara aplicação dos valores constitucionais.

CONCLUSÕES

Depois de pesquisar sobre a trajetória da moderna justiça constitucional da Ucrânia, gostaríamos de resumi-la:

1. O desenvolvimento gradual e consistente da doutrina constitucional e jurídica oficial é uma condição essencial para se garantir a estabilidade da Constituição da Ucrânia (1996) e o papel efetivo da Corte Constitucional da Ucrânia como guardião da Constituição e do Estado de Direito no país.

2. Obviamente, há diferenças e até mesmo lacunas entre a doutrina constitucional oficial e a doutrina jurídica acadêmica, no entanto, a primeira é formulada por uma instituição especial (autorizada sob a Constituição da Ucrânia) (a Corte Constitucional da Ucrânia) cujo direito e dever de interpretar oficialmente a Constituição através de suas opiniões e decisões deriva da própria Constituição e é vinculante para todos.

3. Devido às suas funções fundamentais, a Corte Constitucional da Ucrânia proclama decisões e opiniões. Os poderes essenciais da CCU são os seguintes: declarar o ato normativo (ou suas disposições definidas) nulo e inconstitucional, examinar a constitucionalidade dos tratados internacionais ou interpretar a Constituição e as leis da Ucrânia.

4. A CCU, atualmente, guiada pela Constituição (1996) e pela Lei da Corte Constitucional, tem, respectivamente: (i) estabelecido requisitos básicos para o tema e a forma de recurso sobre a conformidade do projeto de lei que introduz alterações à Constituição da Ucrânia com os requisitos da própria Constituição; (ii) definido que sua jurisdição não se estende a atos jurídicos inválidos, ineficazes e aqueles que perderam seu efeito de atos jurídicos normativos, e que seus poderes não compreendem o exercício do controle constitucional da legalidade dos atos dos órgãos de poder estatal e do autogoverno local, e seus agentes; (iii) interpretado que a aplicação inconsistente das disposições da Constituição ou leis da Ucrânia como base para interpretação da própria Constituição e das leis ucranianas, onde o sujeito do recurso é um cidadão da Ucrânia, estrangeiro ou uma pessoa sem cidadania e uma pessoa jurídica, deve ser entendida como aplicação diferente das mesmas normas desses atos normativos por vários tribunais da Ucrânia e outros órgãos de poder do Estado sob as mesmas circunstâncias legalmente significativas, etc.

5. A Corte Constitucional da Ucrânia é também sujeita ao exame obrigatório da observância do procedimento constitucional de revisão, aprovação e promulgação de leis *ex post*.

6. A atualidade demonstra a necessidade de se ter essa instituição de justiça constitucional, que é a única guardiã da Constituição e garantia de sua segurança (não permitindo que outros órgãos públicos atuem *ultra vires*). A Ucrânia tem a chance de promover valores constitucionais (o princípio do Estado de Direito) e superar todos os desafios para cumprir a justiça constitucional em nível nacional.

REFERÊNCIAS

Конституційний контроль і процеси демократичної трансформації у сучасному суспільстві. Збірка матеріалів міжнародної конференції, присвяченої 20-річчю Конституційного Суду України. Київ: ВАІТЕ, 2016. (**Constitutional Control and Processes of Democratic Transformation in Modern Society**: Scientific collection of international conference, dedicated to 20th anniversary of the Constitutional Court of Ukraine. Kyiv: VAITE, 2016). P. 23.

Конституціоналізм та основи демократії: теоретико-правовий вимір. монографія в 2 част. Ч. 2. / за заг. ред. д.ю.н., проф. Ковальчука В.Б. Львів, 2020. (**Constitutionalism and the Foundations of Democracy: Theoretical and Legal Dimension**: monograph / Kovalchuk V. (eds.). pp. 154–214)

Функціонування органів державної влади в умовах сучасного конституціоналізму : монографія / за заг. ред. д.ю.н., проф. Ковальчука В.Б. Львів, 2020. (**The Functioning of Public Authorities in Modern Constitutionalism**: monograph / Kovalchuk V. (eds.), Lviv, 2020)

Lagi, Sara, **Hans Kelsen E A Corte Constitucional Austríaca (1918-1929)**. Vol. 26 No. 1 (2021): Revista Direitos Fundamentais & Democracia, pp. 257-288.

Heringa, Aalt Willem, **Constitutions Compared: an Introduction to Comparative Constitutional Law** (4th edition). Intersentia, 2016. pp. 219-222.

Constitution of Ukraine. Law № 254к/96-ВР, 28.06.1996 (URL: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/254%D0%BA/96-%D0%B2%D1%80?lang=uk>)

Decision of the Constitutional Court of Ukraine dated December 9, 1999 №11-рр in the case on the death penalty. **Official Bulletin of Ukraine**. 2000. № 4. S.126. P.114.

Decision of the Constitutional Court of Ukraine dated July 29, 2010 № 17-рр in the case upon the constitutional petition of the Authorized Human Rights Representative of the Verkhovna Rada of Ukraine on conformity with the Constitution of Ukraine (constitutionality) of paragraph 8 of Article 11.1.5 of the Law of Ukraine "On Militia". **Bulletin of the Constitutional Court of Ukraine**. 2010. № 5. P.11.

Decision of the Constitutional Court of Ukraine dated October 18, 2000 №11-рр in the case on freedom to association in trade unions. **Official Bulletin of Ukraine**. 2000. № 43. S. 1857. P. 131

Decisions of the Constitutional Court of Ukraine dated July 9, 2007 № 6-рр (on state budget); June 18, 2007 № 4-рр (guarantee of judicial independence) and others

Decision of the Constitutional Court of Ukraine dated February 26, № 1-рр/98 in the case on the elections of People's Deputies of Ukraine. **Official Bulletin of Ukraine**. 1998. № 23. P.93. Decision No. 15-рр/2000 from 14 December 2000 in business after constitutional presentation the President of Ukraine as to the Constitution of Ukraine of the decision of the Verkhovna Rada of Ukraine on the action the law of Ukraine, on the Chamber of Accounting, the official interpretation of the provisions to the second part of Art. 150 Constitution of Ukraine and also the second part of Art. 70 law of Ukraine on the Constitutional Court of Ukraine.

Decision of the Grand Chamber of the Constitutional Court of Ukraine No. 6-r/2019 dated June 20, 2019 in the case upon the constitutional petition of 62 People's Deputies of Ukraine regarding conformity to the Constitution of Ukraine (constitutionality) of the Decree of the

President of Ukraine "On Early Termination of Powers of the Verkhovna Rada of Ukraine and the Appointment of Early Elections", 20th June 2019 (URL: <https://ccu.gov.ua/en/docs/2541>)

Decision of the Grand Chamber of the Constitutional Court of Ukraine No. 13-r/2020 dated October 27, 2020 in the case upon the constitutional petition of 47 People's Deputies of Ukraine on the conformity of specific provisions of the Law "On Prevention of Corruption", the Criminal Code with the Constitution (constitutionality), 27th October 2020 (URL: <https://ccu.gov.ua/en/docs/2988?page=1>)

On Amendments to the Constitution of Ukraine (on justice). Law of Ukraine №1401-VIII. Holos Ukrayiny № 118 dated 29.06.2016

On the Constitutional Court of Ukraine. Law of Ukraine № 2136–VIII, 13th July 2017 (URL: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/2136-19>)

Rules of Procedure of the Constitutional Court of Ukraine, ratified the decision of the Constitutional Court of Ukraine from 6 March 2002 (No. 3-p/2002).

Interim Report on the measures taken in the EU member States as a result of the Covid-19 crisis and their impact on democracy, the Rule of Law and Fundamental Rights, adopted by the Venice Commission at its 124th Plenary Session (Online, 8-9 October 2020), CDL-AD(2020)018-e (URL: [https://www.venice.coe.int/webforms/documents/?pdf=CDL-AD\(2020\)018-e](https://www.venice.coe.int/webforms/documents/?pdf=CDL-AD(2020)018-e));

2021 Rule of Law Report. The rule of law situation in the European Union. Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, Brussels, 20.7.2021 (URL: https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/communication_2021_rule_of_law_report_en.pdf)

Urgent Joint Opinion № 1012-2020 of the Venice Commission and the Directorate General of Human Rights and Rule of Law (DGI) of the Council of Europe **on the legislative situation regarding anti-corruption mechanisms following Decision No. 13-r/2020 of the Constitutional Court of Ukraine**, issued pursuant to article 14a of the Venice Commission's rules of procedure, 9th December 2020 (URL: [https://www.venice.coe.int/webforms/documents/?pdf=CDL-PI\(2020\)018-e](https://www.venice.coe.int/webforms/documents/?pdf=CDL-PI(2020)018-e))

Decision of the Grand Chamber of the Constitutional Court of Ukraine No. 6-r/2019 dated June 20, 2019 in the case upon the constitutional petition of 62 People's Deputies of Ukraine regarding **conformity to the Constitution of Ukraine (constitutionality) of the Decree of the President of Ukraine "On Early Termination of Powers of the Verkhovna Rada of Ukraine and the Appointment of Early Elections"**, 20th June 2019 (URL: <https://ccu.gov.ua/en/docs/2541>)

Court ruling № 98306624, Supreme Court in a panel of judges of the Administrative Court of Cassation, 14 July 2021 roky (URL: <https://reyestr.court.gov.ua/Review/98306624>)

Recebido em 28/11/2021
Aprovado em 22/12/2021
Received in 28/11/2021
Approved in 22/12/2021